

CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionista: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Capivari, 03 de março de 2025.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em reais			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Disponibilidades			
Caixa e bancos		51.424	98.792
Aplicações financeiras	2	19.043.131	17.942.662
Valores a receber		63.639	373.023
		19.158.194	18.414.476
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber		35.723	35.723
Valores a receber - Copersucar	3	8.783.705	6.585.729
Depósitos judiciais	3	35.315.717	26.369.362
		44.135.145	32.990.814
Permanente			
Imobilizado			
Custo corrigido	4	32.296.292	32.296.292
Depreciação acumulada	4	(515.060)	(512.671)
		31.781.232	31.783.621
Total do Ativo		95.074.570	83.188.912

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Recebimentos de clientes	33.536.885	27.060.933
Pagamentos de fornecedores	(489.857)	(404.730)
Pagamentos de obrigações trabalhistas e sociais	(1.067.535)	(994.516)
Caixa gerado das atividades operacionais	30.979.593	24.059.994
Juros pagos	(1.155)	(1.387)
Depósitos judiciais	(8.079.046)	(10.405.172)
Imposto de renda e CSLL - pagos	23.153.736	36.668.204
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	20.347.603	11.696.742
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Ativo Permanente	-	-
Caixa gerado das atividades de investimentos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(22.412.493)	(30.725.591)
Resgate de aplicações financeiras	23.153.736	36.668.204
Dividendos pagos	(21.136.214)	(17.566.816)
Caixa líquido usado nas atividades financeiras	(20.394.971)	(11.624.201)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.316.368)	72.541
Caixa e equivalente de caixa no início do período	98.792	26.250
Caixa e equivalente de caixa no final do período	51.424	98.792

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

	Nota	2024	2023
Receita operacional bruta		37.832.000	29.956.796
Deduções de vendas		(3.577.596)	(2.533.929)
Receita operacional líquida		34.254.403	27.422.866
Custo dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		34.254.403	27.422.866
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	(3.965.784)	(3.018.631)	
Despesas tributárias	(520.124)	(483.050)	
Receitas financeiras líquidas	2.005.612	2.239.114	
Lucro operacional		31.774.108	26.160.299
Resultado não operacional			
Lucro líquido antes IR, F, C.S.L.		31.774.108	26.160.299
Imposto de renda e contribuição social	7	(9.892.442)	(7.791.680)
Lucro líquido exercício		21.881.666	18.368.619
Quantidade de ações do capital social		87.500.000	87.500.000
Lucro líquido por lote de mil ações		250,07	210,85

5. **Mituo - Copersucar** Correspondem a operações de mituo, a prazo e condições usuais de mercado, com a COPERSUCAR - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. 6. **Patrimônio líquido e Capital social** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 7. **Imposto de renda e contribuição social** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2024	2023
Receita bruta de vendas e arrendamento de terras	37.832.000	29.956.796
Alíquota fiscal combinada	26,14%	26,01%
Imposto de renda e contribuição social	9.892.442	7.791.680

A Diretoria			
	2024	2023	
Wanderley Forti - Diretor Presidente			
Jose Gilberto de Campos Forti - Diretor Vice Presidente			
Contador			
Marco Antonio Pompermayr - CRC-SP 101.666/O-6			

GEOSONDA S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ: 60.681.749/0001-73 - NIRE: 35.300.036.964

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de Março de 2025
Local e Hora: Sede rua Amara Cavaleiro, nº 347, sala 313 no condomínio Thera Faria Lima, no bairro de Pinheiros, São Paulo/SP, às 10:00. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presença dos Acionistas". **Convocação:** Dispensada conforme faculta o §4º do artigo 124 da Lei nº 6404/76. **Composição da Mesa:** Clovis Saloni Junior, Veridiana de Magalhães Saloni, Ruymar de Magalhães Saloni e Rafaela Karla dos Santos Ramos como Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) eleger membros da diretoria. **Deliberações Tomadas na Assembleia Geral Extraordinária:** (a) Foram reeleitos por unanimidade, os atuais membros da Diretoria para o período de 06/04/2025 à 05/04/2028, como segue: no cargo de Diretor Presidente, o Sr. Clovis Saloni Junior, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 23.821.821-1, inscrito no CPF sob nº 266.963.728-06, domiciliado a Rua Inocêncio Nogueira, nº 115 - Cidade Jardim - São Paulo/SP; no cargo de Diretora sem designação específica a Sra. Veridiana de Magalhães Saloni, brasileira, solteira, arquiteta, portadora da cédula de identidade RG nº 22.477.777-4 SSP/SP inscrita no CPF sob nº 272.268.978-22, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Nader, 123, apto 52, Vila Morumbi, CEP: 05688-031; e no cargo como Diretora sem designação específica a Sra. Ruymar de Magalhães Saloni, brasileira, viúva, advogada, portadora da cédula de RG nº 54.617.76-2 SSP/SP inscrita no CPF sob nº 263.292.288-00, residente na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 1496 - Ap. 141 - Jd. Paulista - São Paulo - SP. Esgotada a ordem do dia, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada. São Paulo, 11 de Março de 2025. Acionistas: Clovis Saloni Junior, Veridiana de Magalhães Saloni e Ruymar de Magalhães Saloni. Clovis Saloni Junior - Acionista, Veridiana de Magalhães Saloni - Acionista, Ruymar de Magalhães Saloni - Acionista, Rafaela Karla dos Santos Ramos - Secretária. JUCESP nº 95.18725-0 em 18/03/25.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 3530059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I e 2º e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 22 de abril de 2025, às 9h30, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), na sede social da Companhia, para deliberar a respeito dos seguintes temas: (i) em sede de Assembleia Geral Ordinária (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (c) eleger os membros da diretoria da Companhia; (d) fixar o limite da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2025; e (e) ratificar todos os atos praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima; (ii) em sede de Assembleia Geral Extraordinária (a) aprovar o 2º (segundo) aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 2ª (Segunda) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A. para o fim de estender a data de vencimento para 31 de outubro de 2026 ("Segundo Aditamento 2ª Emissão"); (b) aprovar o aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 3ª (terceira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A. para o fim de estender o prazo de subscrição e a data de vencimento para os dias 01 de junho de 2026 e 31 de outubro de 2026, respectivamente ("Aditamento 3ª Emissão"); e (c) autorizar os administradores da Companhia a praticarem os atos necessários à implementação do Segundo Aditamento 2ª Emissão e do Aditamento 3ª Emissão. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes:** 2. Os documentos e informações pertinentes às matérias relacionadas neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia a partir da presente data, nos termos do artigo 133 e artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Para participar da AGOE, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) ser representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da AGOE, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantaria.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE para validação. São Paulo/SP, 20 de março de 2025. **Wagner Cordeiro Marujo** - Diretor Presidente; **Sergio Lopez Bento** - Diretor Presidente.

MTR-39 HOLDING S.A.

CNPJ nº 58.532.424/0001-87 - NIRE 35.300.654.005

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19/03/2025

1. **Data, Hora e Local:** No dia 19/03/2025, às 10h, na sede social da MTR-39 Holding S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de SP/SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.601, 11º andar, Jardim Paulista, CEP 01452-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação nos termos do §4º, artigo 124, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social. 3. **Mesa:** Sr. Lucas Barceloni Canhoto - Presidente; Sr. Thiago Hsu Guimarães - Secretário. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Companhia; (ii) as providências que se façam necessárias para efetivação de referida redução de capital; e (iii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. 5. **Deliberações:** Após os esclarecimentos e discussões necessárias, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) aprovaram a lavratura da ata a que se refere esta AGE na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A.; (ii) aprovaram a redução do capital social da Companhia, o qual se encontra totalmente integralizado, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., por ser excessivo ao seu objeto social, no montante de R\$ 61.867.062,00, passando o capital social dos atuais R\$ 93.207.062,00 para R\$ 31.600.000,00, com a consequente restituição integral, aos acionistas, do valor de suas respectivas ações, com o consequente cancelamento de 61.867.062 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (iii) autorizaram e determinaram aos Diretores da Companhia a prática de todas as medidas necessárias para a efetivação da deliberação acima, inclusive com a publicação desta ata, ou de seu extrato, e posterior arquivamento na JUCESP; (iv) aprovaram, em decorrência das referidas deliberações, a alteração do Artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de 31.600.000,00 (trinta e um milhões e seiscentos mil reais), representado por 31.600.000 ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. A presente ata é cópia fiel da lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral arquivado na sede social da Companhia. **Mesa:** Lucas Barceloni Canhoto - Presidente; Thiago Hsu Guimarães - Secretário.



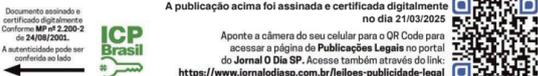
Caixa Seguradora

Especializada em Saúde S.A.

CNPJ/ME nº 13.223.975/0001-20 - NIRE/SP 35 3 0049534 9

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24 de Janeiro de 2025

1. **Data, Local e Hora:** Realizada eletronicamente aos 24 dias do mês de janeiro de 2025, às 14h00, considerando-se realizada a partir da sede da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. ("Companhia"). 2. **Convocação:** Convocação enviada por correio eletrônico aos membros do Conselho de Administração da Companhia no dia 21 de janeiro de 2025, com dispensa de prazo pela totalidade dos membros. 3. **Presença:** Manifestaram-se os membros do Conselho, quais sejam: Presidente do Conselho de Administração, Sra. Sany de Jesus Mota Silveira e os Conselheiros, Srs. Marco Antonio Barbosa Pires e Hebert Luiz Gomide Filho, tendo-se verificado, portanto, o quórum de instalação e deliberação. 4. **Mesa:** Presidente: Sany de Jesus Mota Silveira; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição da Diretoria Executiva da Companhia. 6. **Deliberações:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com registro de abstenção do Conselheiro Marco Antonio Barbosa Pires em relação à sua reeleição, tendo em vista ser o atual Diretor Presidente da Companhia, manifestou-se conforme segue: 6.1. Reeleição da Diretoria Executiva da Companhia: Os Conselheiros aprovaram a reeleição da Diretoria Executiva da Companhia, a saber: o Sr. Marco Antonio Barbosa Pires, brasileiro, divorciado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 1.199.537 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 477.751.811-68, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no SHN Quadra 01, Bloco "E", Conjunto "A", Asa Norte, CEP 70.701-050, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, ao cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Leticia de Oliveira Doherty, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, atuária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10249543-9 IPR/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 043.210.317-10, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no SHN Quadra 01, Bloco "E", Conjunto "A", Asa Norte, CEP 70.701-050, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, ao cargo de Diretora Superintendente, ambos para um mandato de 03 (três) anos, ou seja, até a posse dos eleitos na reunião do Conselho de Administração a DocuSign Envelope ID: 15079BEB-1120-4634-BCDD-647A7690818 Página 2 de 2 Ata de Reunião do Conselho de Administração da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., realizada em 24 de janeiro de 2025, ser realizada em janeiro de 2028, conforme material vinculado à presente reunião e arquivado na sede da Companhia. 6.1.1. Os Diretores ora reeleitos declaram para os devidos fins que preenchem as condições previstas na legislação em vigor, sendo que não estão impedidos para o exercício da atividade mercantil ou estão condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 3 da RN nº 520/22, emitida pela ANS. Os Diretores reeleitos serão empossados em seus cargos após o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que aos mesmos foi dado amplo conhecimento dos preceitos estipulados na RN nº 520/22, emitida pela ANS e na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, bem como das demais disposições legais aplicáveis. A atual composição da Diretoria Executiva da Companhia, diante das deliberações do Conselho de Administração, fica constituída da seguinte forma: Diretor Presidente - Marco Antonio Barbosa Pires; Diretora Superintendente - Leticia de Oliveira Doherty; e Diretor Operacional - vago. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. São Paulo/SP, 24 de janeiro de 2025. Protocolo JUCESP nº 01542.595/25-0. Registro JUCESP nº 90.784/25-0, em 11/03/2025. Aloizio E. Soares Junior, Secretário Geral em Exercício.



Concessionária do Bloco Sul S.A.						2024		2023	
8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:									
Imposto de renda e a contribuição social diferidos									
Ativo	2024	2023							
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	185.504	142.500							
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.357	4.694							
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.799	1.512							
Provisão para fornecedores	48	51							
Provisão para riscos civis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	14	19							
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	819	325							
Pré operacionalidade	2.172	3.175							
Arrendamento	2	5							
Programa de Gratificação Longo Prazo	631	445							
Composição de imposto ativo	(51.123)	(15.785)							
Impostos ativos após compensação Passivo	(51.123)	(15.785)							
Capitalização de juros	(37.253)	(7.525)							
Custo de transação de debêntures	(13.870)	(8.260)							
Imposto de renda e a contribuição social diferidos									
	2024	2023							
Compensação de imposto passivo	51.123	15.785							
Impostos passivos após compensação	144.281	126.715							
Imposto diferido líquido	126.715	79.927							
Saldo em 1º de janeiro	11.556	46.763							
Saldo em 31 de dezembro	144.281	126.715							
(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:									
		2030							
		2031							
Total	185.502	142.500							
Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas.									
2024									
	Controladora	Outras partes indiretas	Outras partes relacionadas	Total		Controladora	Outras partes indiretas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	20	77	324	421		4	4	1.426	1.430
Aplicações financeiras	-	-	-	-		-	-	855	855
Bancos conta movimento	-	-	270	270		-	-	429	429
Contas a receber	20	77	54	151		4	4	142	146
Passivo	-	55.647	127	55.774	413	6.816	774	7.803	7.819
Fornecedores e contas a pagar	-	55.647	127	55.774	413	6.816	774	7.803	7.819
2023									
	Controladora	Outras partes indiretas	Outras partes relacionadas	Total		Controladora	Outras partes indiretas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	20	77	324	421		4	4	1.426	1.430
Aplicações financeiras	-	-	-	-		-	-	855	855
Bancos conta movimento	-	-	270	270		-	-	429	429
Contas a receber	20	77	54	151		4	4	142	146
Passivo	-	55.647	127	55.774	413	6.816	774	7.803	7.819
Fornecedores e contas a pagar	-	55.647	127	55.774	413	6.816	774	7.803	7.819
Transações									
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(625)	(625)		-	-	(1.143)	(1.143)
Custos/Despesas - doações	-	-	-	-		-	-	(6)	(6)
Custos/Despesas - seguros	-	-	(8)	(8)		-	-	(929)	(929)
Custos/Despesas de infraestrutura utilizada	-	-	-	-		-	-	(203)	(203)
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(138)	(138)		-	-	(1.780)	(1.780)
Custos/Despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	(872)	(872)		-	-	(42)	(42)
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(1)	(1)		-	-	(17)	(17)
Custos/Despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	(1)	(1)		-	-	-	-
Custos/Despesas - benefício em valores a colaboradores	-	-	(6.310)	(6.310)		-	-	-	-
Custos/Despesas de lanches e refeições	6	-	-	6		-	-	-	-
Custos/Despesas - Despesas indevidáveis	7	-	-	7		-	-	-	-
Custos/Despesas - outros gastos gerais	-	-	1	1		-	-	-	-
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(28.846)	(3.966)	(32.812)		(24.651)	(1.341)	(25.992)	(25.992)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(86)	(86)		-	-	(64)	(64)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	69	69		-	-	6.707	6.707
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	499	499		-	-	623	623
Repasse de custos e despesas -CCR CSC (*)	-	(23.727)	(23.727)	(23.727)		(20.340)	(7)	(20.347)	(20.347)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(558)	215	(234)	(577)		219	(513)	(284)	(284)
Imobilizad./Intangível	-	-	172	172		-	(7)	(160)	(167)
(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 23.857 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora indireta CCR.									
9.1. Profissionais-chave da administração									
Despesas com profissionais-chave									
Remuneração (b) (c)	436	436				436	436		
Outros benefícios:									
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a)									
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios. (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 436; (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora indireta o montante R\$ 2.072, referente as despesas com profissionais-chave, e (c) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuídos aos membros da administração e diretoria.									
10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento									
Imobilizado									
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-	13.198	13.198			
Adições	-	-	-	-	5.085	5.085			
Transferências	33	142	4.306	4.481	(4.481)	-			
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-			
Depreciação	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)			
Outros	(1)	-	(245)	(246)	-	(246)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29	129	3.274	3.432	13.802	17.234			
Custo	32	145	4.061	4.238	13.802	18.040			
Depreciação acumulada	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29	129	3.274	3.432	13.802	17.234			
Adições	-	-	-	-	3.097	3.097			
Baixas	-	(3)	-	(3)	-	(3)			
Transferências	265	4.515	214	4.994	(4.994)	-			
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	152	152			
Depreciação	(10)	(513)	(1.009)	(1.532)	-	(1.532)			
Outros	(1)	(177)	(13)	(191)	-	(191)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	2.466	6.852	11.905	18.757			
Custo	296	4.632	4.262	9.190	11.905	21.095			
Depreciação acumulada	(13)	(529)	(1.796)	(2.338)	-	(2.338)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	2.466	6.852	11.905	18.757			
Taxa média anual de depreciação %	10	19	24						
Foram excluídos dos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.079 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio do montante) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,37% a.a. e 10,72% a.a., respectivamente.									
11. Intangível e infraestrutura em construção									
Intangível									
Exploração da infraestrutura	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.683.886	-	1.642	2.685.528	43.731	2.729.259			
Adições	-	-	1.607	1.607	382.723	384.330			
Transferências	14.333	-	-	14.333	(14.333)	-			
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3)	(3)	-	(3)			
Amortização	(44.089)	-	-	(44.089)	-	(44.089)			
Outros	(684)	-	-	(684)	-	(684)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.635.446	-	3.246	2.638.692	412.121	3.050.813			
Custo	2.728.055	-	3.246	2.731.301	412.121	3.143.422			
Amortização acumulada	(74.609)	-	-	(74.609)	-	(74.609)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.635.446	-	3.246	2.638.692	412.121	3.050.813			
Transferências	1.284.106	1.086	(1.087)	1.284.105	(1.284.105)	1.086.004			
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(67)	(67)	(152)	(152)			
Amortização	(49.204)	-	-	(49.204)	-	(49.204)			
Outros	(288)	-	-	(288)	(32)	(320)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	3.507	3.892.586	208.348	4.100.934			
Custo	4.011.873	1.083	3.510	4.016.466	208.348	4.224.814			
Amortização acumulada	(123.813)	-	-	(123.880)	-	(123.880)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	3.510	3.892.586	208.348	4.100.934			
Taxa média anual de amortização %	Em 31 de dezembro de 2024	20							
(a) Amortização pela curva de benefício econômico.									
Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:									
Total	184.246								
Obras contratuais fase IB	118.713								
Obras de ampliação e adequação dos Aeroportos	35.202								
Serviços de desenvolvimento e implantação de sistemas	6.756								
Revitalização do sistema de sonorização	6.291								
Consultoria dos serviços de estudos socioambientais	5.183								
12. Financiamentos									
Instituições financeiras									
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024			
	IPCA + 8,251144% a.a.	8,7243% (a)	Outubro de 2047	4.859	4.878	146.685	(b)		
					4.878	146.685			
					4.878	146.685			
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras									
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Sul S.A. - São Paulo - SP					responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com o seu contingência operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Res-				
possibilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos									



Companhia de Participações em Concessões

CNPJ 09.367.702/0001-82

Senhores Acionistas, É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	2024			2023		
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Ativo						
Disponível		1.113.479	90.621		23.951	10.788
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.021	48.969		1.056	797
Aplicações financeiras	6	22.217	225		265	97
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.454	893		10.59	13.03
Mútuo com partes relacionadas	8	-	2.607		11.050	56.100
Trabalho a recuperar		21.338	17.219		18	19
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	8.202	10.436		2.927	21.157
Despesas antecipadas e outros crédito		247	273			
Não circulante		3.203.810	2.781.276		79.274	55.256
Realizável a longo prazo		3.203.810	2.781.276		79.274	55.256
Imposto de renda a recuperar		365	6.423		1.459	2.797
Outros crédito		10	10		424	779
Investimentos	9	3.201.949	2.773.601		1.136.639	747.604
Imobilizado	10	8.449	616		(51.911)	(167.139)
Intangível	11	421	421		3.177.088	2.861.897
Direito de uso em arrendamento		3.317.088	2.861.897		3.177.088	2.861.897
Total do ativo		4.317.289	3.671.900		3.191.039	2.872.687

Relatório da Administração

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)	2024			2023		
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	14	19.305	21.883		19.305	21.883
Custo dos serviços prestados		(1.755)	(1.755)		(1.755)	(1.755)
Gastos com pessoal		19.305	20.128		19.305	20.128
Lucro bruto		34.845	39.376		34.845	39.376
Despesas gerais e administrativas		(18.347)	(25.386)		(18.347)	(25.386)
Despesas com pessoal		(599)	(653)		(599)	(653)
Depreciação e amortização	10 e 11	(599)	(653)		(599)	(653)
Serviços		(6.075)	(3.262)		(6.075)	(3.262)
Gastos com viagens e estadias		(1.679)	(1.832)		(1.679)	(1.832)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(8.842)	(8.842)		(8.842)	(8.842)
Materiais, equipamentos e veículos		(238)	(141)		(238)	(141)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.206)	(2.206)		(2.206)	(2.206)
Indenizações		(1.270)	(1.270)		(1.270)	(1.270)
Outros		(13.111)	(3.500)		(13.111)	(3.500)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	145.463	167.903		145.463	167.903
Resultado antes do resultado financeiro		130.381	151.055		130.381	151.055
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	(2.926)	(2.926)		(2.926)	(2.926)
Lucro líquido do exercício		127.656	153.983		127.656	153.983

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)	2024			2023		
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		127.228	153.983		127.228	153.983
Diferenças de avaliação		397.774	(99.271)		397.774	(99.271)
Total do resultado abrangente do exercício		517.263	54.484		517.263	54.484

relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos aspectos, tais como: a natureza e a complexidade das operações, a experiência adquirida em processos de litígios, a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência.

relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos aspectos, tais como: a natureza e a complexidade das operações, a experiência adquirida em processos de litígios, a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência.

relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos aspectos, tais como: a natureza e a complexidade das operações, a experiência adquirida em processos de litígios, a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência.

relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos aspectos, tais como: a natureza e a complexidade das operações, a experiência adquirida em processos de litígios, a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência, a complexidade das operações e a análise de precedentes e a análise de jurisprudência.

8.2. Movimentação do investimento: Saldo em 1º de janeiro de 2024

Saldo em 1º de janeiro de 2024	2023			2022		
	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas
Total	10.158	3	2.087	10.158	3	2.087
Ativos	10.158	3	2.087	10.158	3	2.087
Aplicações financeiras	886	-	493	886	-	493
Bancos conta movimento	18	18	18	18	18	18
Contas a receber	1.028	1.454	3	426	1.454	3
Juros sobre capital próprio	-	8.202	1.157	-	8.202	1.157
Outros créditos	-	-	-	127	127	-
Passivo	11.122	20	173	11.122	20	173
Despesas e contas a pagar	11.050	20	173	11.050	20	173
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-

9. Informações financeiras resumidas

Ativo circulante e não circulante	2024	Passivo circulante e não circulante	2024	Patrimônio líquido	2024	Ativo circulante e não circulante	2023	Passivo circulante e não circulante	2023	Patrimônio líquido	2023
Controladas											
Bloco Central	1.648.111	1.139.273	508.838	1.243.446	872.248	371.198	795.167	30.100	383.330	42.757	
Pampulha	4.637.421	3.675.577	961.844	3.650.511	2.654.609	996.442	1.615.756	(35.023)	845.503	(93.382)	
SPAC	125.118	62.654	62.644	123.559	69.448	58.611	67.114	9.353	56.286	5.308	
Anterior	260	102.504	(102.244)	334	64.291	(68.887)	-	(33.357)	-	(47.082)	
Total	849.831	104.315	485.516	470.644	84.298	386.346	-	6.581	-	194.409	
CCR Espanha Empreendimentos	589.727	28.895	820.832	678.635	574	678.061	-	144.514	-	126.602	
Green Airports	332.266	1.053	331.213	246.892	1.178	245.714	-	14.738	-	13.744	
Quiana	1.812.234	5.114.221	3.068.463	6.414.922	3.746.538	2.667.485	2.478.037	136.906	1.285.119	156.832	

9.2. Saldo a pagar aos profissionais-chave da Administração

Remuneração dos administradores (a)	2024			2023		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Total	7.684	5.583	5.583	7.684	5.583	5.583

9.3. Informações financeiras resumidas

Ativo circulante e não circulante	2024	Passivo circulante e não circulante	2024	Patrimônio líquido	2024	Ativo circulante e não circulante	2023	Passivo circulante e não circulante	2023	Patrimônio líquido	2023
Controladas											
Bloco Central	1.648.111	1.139.273	508.838	1.243.446	872.248	371.198	795.167	30.100	383.330	42.757	
Pampulha	4.637.421	3.675.577	961.844	3.650.511	2.654.609	996.442	1.615.756	(35.023)	845.503	(93.382)	
SPAC	125.118	62.654	62.644	123.559	69.448	58.611	67.114	9.353	56.286	5.308	
Anterior	260	102.504	(102.244)	334	64.291	(68.887)	-	(33.357)	-	(47.082)	
Total	849.831	104.315	485.516	470.644	84.298	386.346	-	6.581	-	194.409	
CCR Espanha Empreendimentos	589.727	28.895	820.832	678.635	574	678.061	-	144.514	-	126.602	
Green Airports	332.266	1.053	331.213	246.892	1.178	245.714	-	14.738	-	13.744	
Quiana	1.812.234	5.114.221	3.068.463	6.414.922	3.746.538	2.667.485	2.478.037	136.906	1.285.119	156.832	

9.4. Saldo em 1º de janeiro de 2023

Saldo em 1º de janeiro de 2023	2022			2021		
	Controladas	Controladas	Outras partes relacionadas	Controladas	Controladas	Outras partes relacionadas
Total	10.158	3	2.087	10.158	3	2.087
Ativos	10.158	3	2.087	10.158	3	2.087
Aplicações financeiras	886	-	493	886	-	493
Bancos conta movimento	18	18	18	18	18	18
Contas a receber	1.028	1.454	3	426	1.454	3
Juros sobre capital próprio	-	8.202	1.157	-	8.202	1.157
Outros créditos	-	-	-	127	127	-
Passivo	11.122	20	173	11.122	20	173
Despesas e contas a pagar	11.050	20	173	11.050	20	173
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-

11. Intangível:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Total	17	17	406	423	423	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	(406)	(423)	(423)	(423)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15	15	406	423	423	423
Custo	17	17	406	423	423	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	(406)	(423)	(423)	(423)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15	15	406	423	423	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	(406)	(423)	(423)	(423)
Total	13	13	406	423	423	423

12. Recargos trabalhistas e previdenciários:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	2023			2022		
	Controladas	Controladas	Outras partes relacionadas	Controladas	Controladas	Outras partes relacionadas
Total	17	17	406	17	17	406
Ativos	17	17	406	17	17	406
Provisão para passivo a descoberto	17	17	406	17	17	406
Passivo	-	-	-	-	-	-

1. Contexto operacional:

A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios de fins de semana, visando à geração de valor e a sustentabilidade da Companhia. A sede está localizada na Rua País Leme, 524, 4º andar, Sala 1, Pinheiros, CEP 05.424-904, São Paulo - SP. Em 31 de maio de 2010, a CDC, incorporada à Englog, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e planejamento ambiental, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CDC. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a Divisão Englog e a Divisão Englogtech, ambas com autonomia de gestão e fôco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de proporcionar uma melhor gestão dos ativos da Companhia, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Englog e Englogtech para a sua entidade controlada, a CCR Engenharia, em troca de ações da CCR S.A., no valor de R\$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R\$ 647.880) e parte em entrega a CCR de participações acionárias detidas pela CPC nas controladas Metro Bahá, Sarcas, MSVIA, Lam Vias, Airb, WIP e SPAC (R\$ 1.952.120). A seguir estão demonstradas as empresas que a Companhia possui participação e os percentuais de participação pertencentes à CPC de forma direta ou indireta:

Holdings	Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR Engenharia	Espanha	CCR	100	100
CCR Espanha Empreendimentos	Espanha	CCR	100	100
Green Airports	Reino Unido	CCR	100	100
IAF	Reino Unido	CCR	46,5	46,5
SPAC	Brasil (MG)	CCR	75	75

Aeroportos	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fin da concessão
Desarrollos	Chile	CCR	52,50		
Green Airports	Reino Unido	CCR	100		
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maior de 2036
Bloco Central	Brasil	CCR	100	6	Novembro de 2044
Pampulha	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
Quiana	Ecuador	C			

continuação Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem utilizados no segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. As informações por segmento em conformidade com o item 22 são apresentadas na nota explicativa nº 9. Notas contábeis e interpretações ainda não efetivas Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. A IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis O IFRS 18 substituiu o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais: (i) a classificação das receitas e despesas em categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal de lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ou apresentá-lo como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ou apresentá-lo como ponto de partida para o método indireto. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPAs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente incluídos como "outros ativos biológicos" em 22/02/2024. Essas regras e procedimentos normativos e alterações também têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 1 IFRS 7); e Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 IFRS 7). 10. Caixa e equivalentes de Caixa

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras, and Titulos de Renda Fixa.

Aplicações financeiras são representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por títulos privados remunerados a taxa média de 104,3% do CDI em 2024. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito de mercado e sobre o movimento do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 5.5.12. Contas a receber de clientes

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include No mercado interno, No mercado externo, and Total.

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 28 dias em 2024 (31 dias em 2023). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisão no risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include A vencer, Vencidas até 90 dias, Vencidas de 91 a 180 dias, Vencidas há mais de 180 dias, and Total.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte: Em 1º de janeiro, Constituição de provisão, Baixamento incorpóreo, Em 31 de dezembro. A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber. 13. Estoques

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Produtos acabados, Produtos em elaboração, Materiais-primas, and Total.

Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, para as classes citadas acima, exceto para a classe de gastos com entressafra, no montante de R\$ 7.665 (R\$ 6.505 em 2023) da Companhia e o montante de R\$ 7.996 (R\$ 6.832 em 2023) do Consolidado, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Em 1º de janeiro, Reversão de provisão, Em 31 de dezembro, and Total.

14. Impostos e contribuições a recuperar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Programa de Integração Social - PIS e COFINS (*), Social - INSS, Contribuição para Recuperação de Canteiros, Não circulante, Total. (* R\$ 31.631 (R\$ 30.312 em 2023), refere-se a créditos das contribuições ao PIS e a COFINS decorrentes da exclusão do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS de uma parcela de vendas de produtos incorporados pela Companhia e da CMBNE, ainda não transada em julgado, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de abril de 2024 a dezembro de 2015, registrados em virtude de decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e do COFINS, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706. Neste caso, o crédito será compensado, tão logo ocorrer o trânsito em julgado e na sequência a homologação do plano de habilitação de crédito junto à Receita Federal do Brasil. 15. Ativos biológicos Os ativos biológicos de suas controladas compreendem: (a) cultivo de cana-de-açúcar pela controladora Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima (cana de açúcar) na produção de aguardente da Companhia e (b) cultivo de soja, milho, algodão, feijão pela controladora Centro da Mata. A. Composição dos saldos

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Cana-de-açúcar, Soja, Milho, and Feijão.

Saldo em 31/12/2022, Variações no valor justo, Gastos com plantio, Custo de vendas, Saldo em 31/12/2023, Variações no valor justo, Gastos com plantio, Custo de vendas, Saldo em 31/12/2024. Em 31/12/2024, a controladora Vale do Xingu possui 6.626 ha (6.442 ha em 2023) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 76 ha (127 ha em 2023) em terras próprias; e (ii) 6.550 ha (4.515 ha em 2023) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção de cana. Em 31/12/2024, o ativo biológico da controladora Centro da Mata é composto pela cultura de soja, cultivada em 7.100 ha (7.023 ha em 2023), em colheita e prevista para os meses de janeiro a maio de 2025. Durante o exercício também foi realizado o cultivo de milho em 1.191 ha (2023 houve reversão total no provisão no montante de R\$ 82. Bens dados em garantia Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos:

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Depreciação acum., Liquidação, Custo, and Total.

Máquinas, aparelhos e equipamentos, Máquinas e implementos agrícolas, Total. 18. Direito de uso e arrendamento a pagar e parcerias agrícolas Conforme descrito na nota explicativa nº 8.10 a Companhia e suas controladas adotaram para novos contratos de arrendamento e parcerias agrícolas a partir de 01/01/2024 a movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar a parcerias agrícolas durante o exercício foi a seguinte: A. Direito de uso

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Esgotos, Ativo de Direito de Uso, Saldo em 31/12/2022, Adições, Remuneração, Crédito de Impostos, Baixas, Depreciação, Saldo em 31/12/2023, Adições, Remuneração, Crédito de Impostos, Baixas, Depreciação, Saldo em 31/12/2024.

Saldo em 31/12/2022, Adições, Remuneração, Crédito de Impostos, Baixas, Depreciação, Saldo em 31/12/2023, Adições, Remuneração, Crédito de Impostos, Baixas, Depreciação, Saldo em 31/12/2024. 19. Arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Saldo em 31/12/2022, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2023, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2024.

cana-de-açúcar cultivada. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e, por conseguinte, nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão afetar as quantidades e os rendimentos agrícolas que as controladas iram obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. Adicionalmente, os negócios sujeitos à sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de maio a novembro de cada ano. Essa situação gera variações nos estoques das controladas, normalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas no período de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais das controladas e na sua geração de caixa. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de soja, e por conseguinte, nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão afetar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a controladora irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. 16. Investimentos em controladas

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Vale do Xingu, Centro da Mata, Total, and Total.

Adiantamentos para futuro aumento de capital B1. Vale do Xingu Em 2024 e 2023, foram firmados Instrumentos de Acordo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com esta controlada, nos termos da deliberação do Conselho de Administração, no qual a Companhia se obriga a concessão de R\$ 20.000 (R\$ 20.000 em 2023) à Empresa a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo do adiantamento efetuado em 2024, será integralmente capitalizado até abril de 2025, mediante atribuição de uma nova cota a cada R\$1,00 integralizado, elevando o capital de R\$ 62.029 para R\$ 87.029. B2. Centro da Mata Em 2024/2023 os saldos dos contratos de mútuo, que totalizaram R\$ 29.384 foram convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital, conforme instrumento firmado entre as partes, nos termos da deliberação do Conselho de Administração da Controladora realizada em 19/12/2023. A capitalização do saldo dos adiantamentos ocorreu em 22/04/2024, mediante atribuição de uma nova cota de capital a cada R\$1,00 integralizado. Em 2024, conforme deliberação do Conselho de Administração, foram firmados Instrumentos de Acordo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, mediante o qual esta se obrigou a efetuar o concessão de R\$ 39.999 à Centro da Mata a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo do adiantamento efetuado em 2024, será integralmente capitalizado até abril de 2025, mediante atribuição de uma nova cota a cada R\$1,00, que elevará o capital de R\$ 115.766 para R\$ 137.766. Movimentação do investimentos em controladas

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Vale do Xingu, Centro da Mata, Total, and Total.

Saldo em 31 de dezembro de 2022, Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, Resultado de equivalência patrimonial, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, Resultado de equivalência patrimonial, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, Resultado de equivalência patrimonial.

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Vida útil em anos em 2024, Custo, Depreciação acumulada, Provisão p/perdas, and Total.

Terres e terrenos, Edificações e benfeitorias e instalações elétricas, Máquinas, equipamentos e equip. diversos, Reservatórios, tanques e tanques, Contenedores e recipientes e vasilhamos de vidros, Equipamentos de informática, Máquinas e implementos agrícolas, Veículos (Móveis, utensílios, empilhadeira), Total em operação, Outros em andamento.

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Vida útil em anos em 2024, Custo, Depreciação acumulada, Provisão p/perdas, and Total.

Terres e terrenos, Edificações e benfeitorias e instalações elétricas, Máquinas, equipamentos e equip. diversos, Reservatórios, tanques e tanques, Contenedores e recipientes e vasilhamos de vidros, Equipamentos de informática, Máquinas e implementos agrícolas, Veículos (Móveis, utensílios), Total em operação, Outros em andamento. Movimentação dos saldos

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Terras e instalações, Máquinas, Equipamentos, Reservatórios, Centros e mentos, Máquinas, Outros, Obras em andamento.

Terres e instalações, Máquinas, Equipamentos, Reservatórios, Centros e mentos, Máquinas, Outros, Obras em andamento. Em 2024 a valor de transferência refere-se a: (i) R\$ 1.348 bens da rubrica Direto de Uso reclassificados para o Imobilizado, e (ii) R\$ 377 bem da rubrica Outras Contas a Receber reclassificado para o Imobilizado. Em 2023 o valor de R\$ 450 foi transferido do ativo imobilizado para rubrica de propriedades para investimentos pois está destinado a locação.

Em 2024 a valor de transferência refere-se a: (i) R\$ 1.348 bens da rubrica Direto de Uso reclassificados para o Imobilizado, e (ii) R\$ 377 bem da rubrica Outras Contas a Receber reclassificado para o Imobilizado, na Controladora e R\$ 33 na controladora Centro da Mata, relativo a bens da rubrica Direto de Uso reclassificados para o Imobilizado. Em 2023 o valor de R\$ 450 foi transferido do ativo imobilizado para rubrica de propriedades para investimentos pois está destinado a locação. A depreciação do exercício foi alocada da seguinte maneira:

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Custo de produção, Despesas operacionais, Total.

Desse montante, a depreciação da mais-valia do custo atribuído monta a R\$ 2.343 (R\$ 2.056 em 2023) na controladora e R\$ 2.347 (R\$ 2.074 em 2023) no consolidado. O valor correspondente a tributos, relativos a impostos de renda, é de R\$ 3.342 (R\$ 3.412 de avaliação patrimonial) para "Lucros acumulados", a título de realização do custo atribuído, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para o exercício findo em 31/12/2024, a Administração da Companhia identificou necessidade de alterar a vida útil estimada das máquinas e equipamentos, reservatórios e tanques e das controladas a alteração ocorreu nas contas de edificações e benfeitorias, veículos e máquinas e implementos agrícolas. A vida útil estimada desses bens aumentou e o valor residual diminui. Em 2024, a redução na despesa de depreciação, na Companhia (i) de R\$ 1.025 e no consolidado de R\$ 2.887. Para o exercício findo em 31/12/2024, a administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indicio de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados, exceto pela provisão apresentada a seguir: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em virtude da cessação das operações pecuárias, foi constituída provisão para perda esperada em relação a esta atividade que não apresentava valor de realização em 2023. 20. Empréstimos e financiamentos

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Saldo em 31/12/2022, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2023, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2024.

Saldo em 31/12/2022, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2023, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2024. 21. Empréstimos e financiamentos

Table with columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Saldo em 31/12/2022, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2023, Adições, Remuneração, Pagamentos efetuados, Saldo em 31/12/2024.

Engibras Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 26.381.989/0001-14

Demonstrações Financeiras

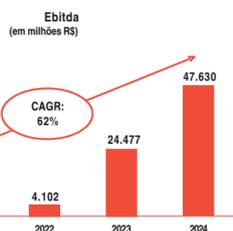
Mensagem da Administração

A Engibras Engenharia concluiu 2024 atingindo mais uma etapa de seu planejamento estratégico. Superando a marca de 500 milhões de receita, com entregas de qualidade e geração de valor para todos os envolvidos. Sua performance operacional avançou de maneira sólida alcançando a receita de R\$ 522 milhões no ano, com backlog superior a R\$ 2,1 bilhões. O marco de receita ocorreu de maneira eficiente, com aumento de 94% no Ebitda, totalizando R\$ 47,6 milhões. Esses resultados são consequência da atuação responsável e eficiente das equipes, de um planejamento detalhado e rigorosamente seguido, da relação respeitosa e contributiva com os clientes e fornecedores e de uma cultura sólida e bem difundida que culminou na nossa proposta de valor: Relações confiáveis e excelência em soluções de engenharia.

Desempenho Operacional e Econômico-financeiro



No ano de 2024, no conjunto de suas obras, a Engibras superou o marco R\$ 500 milhões na receita, um relevante crescimento composto na ordem de 29% nos 5 anos.



A geração operacional de caixa, medida pelo Ebitda (resultados antes dos juros, impostos sobre o lucro e amortizações) alcançou R\$ 47,6 milhões, o que significou crescimento de 95% em relação ao obtido no ano anterior.

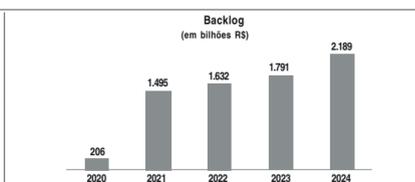
Governança Corporativa: No ano de 2024 redeseenhamos nossa estrutura organizacional com o objetivo de fortalecer ainda mais nossos valores e eficiência operacional. Criamos a diretoria de Conformidade e passamos a contar com *compliance officer* externo, garantindo o compromisso da empresa com a integridade e transparência em todas as operações. Decidimos demonstrar de forma estruturada nosso compromisso com ESG, criando a Diretoria de ESG

Gente e Cultura. Pretendemos, por meio desta diretoria, difundir nossa cultura em ESG e fomentar os nossos compromissos e ações com o meio ambiente, social e governança, com atuação direta em todos os projetos. Buscamos ainda demonstrar o esforço no desenvolvimento dos colaboradores e políticas de retenção e atração de profissionais de alto desempenho, fortalecendo a cultura de gestão de pessoas em todas as instâncias da empresa. Ao final de 2024 a Engibras contava com 2.272 colaboradores, um crescimento de 20% em relação ao final do ano anterior.



Com a ampliação gradual do quadro de colaboradores e a ação cuidadosa da Diretoria de ESG, Gente e Cultura, garantimos o respeito ao nosso principal valor: Valorização das Pessoas. Otimizamos o fluxo de comunicação com as equipes e intensificamos os treinamentos. E tudo isso nos levou a conquistar o selo de "Lugar Incrivei para Trabalhar".

Backlog: O valor de 2.2 bilhões é composto por projetos nos setores metroferroviário, urbanização e saneamento, com maior concentração no Estado de São Paulo.



A atuação em segmentos específicos, com foco definido, permitiu a excelência operacional e levou a conquista do reconhecimento dos clientes e sociedade. Nosso projeto "Mananciais" recebeu reconhecimento internacional e as equipes metroferroviárias garantiram o prêmio do CONFEA de melhor empresa na implantação de terminais, estações, via permanente e rede aérea. Para o futuro, temos a diretoria estratégica de ampliar a atuação na iniciativa privada, com maior equilíbrio no fluxo de caixa e margens aderentes ao risco do setor. Nosso pipeline de projetos em prospecção e estudos no exercício 2024 alcançou mais de R\$ 21 bilhões, aumento de 24% em relação ao exercício de 2023. O setor metroferroviário e de mobilidade urbana se mantêm como o maior segmento em nosso portfólio, e um dos mais representativos no pipeline da Companhia.

Encerramento e Agradecimentos: 2025 será um ano de superação e crescimento. Nosso foco é a inovação contínua, a excelência operacional e o impacto positivo na sociedade. Estamos prontos para enfrentar cada desafio, mantendo nossa missão de agregar valor para todos os nossos stakeholders, por meio de Relações Confiáveis e excelência em soluções de engenharia. A Administração da Engibras agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e demais parceiros pela confiança depositada durante o ano de 2024, e às equipes pelo empenho, dedicação e esforços na execução do plano de negócios.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	1.558	8.972	1.558	8.972
Resultado da equivalência patrimonial	(2.794)	33	-	-
Resultado de alienação de imobilizado	-	10.517	-	-
Depreciação	33.625	34.641	34.118	4.794
	32.389	22.983	35.676	13.766
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	25.837	(103.420)	26.893	(103.514)
Estoques	(4.377)	(2.557)	(3.855)	(2.886)
Despesas antecipadas	(2.904)	5.964	(2.030)	5.973
Adiantamentos	(2.031)	591	(2.892)	642
Impostos e contribuições a recuperar	195	(1.469)	200	(1.471)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	(29.055)	74.022	(28.550)	74.170
Fornecedores e encargos trabalhistas	6.980	8.635	7.060	8.730
Obrigações fiscais	4.070	1.398	4.164	1.425
Adiantamento de clientes	901	(12.404)	957	(12.390)
Provisão para contingências	(162)	300	(162)	300
Caixa líquido das atividades operacionais	31.843	(5.957)	37.461	(15.235)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais									
Ativo			Passivo e patrimônio líquido						
Explicativa			Explicativa						
	Nota	Controladora	Consolidado		Nota	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.620	21.930	58.636	22.211				
Contas a receber e outros recebíveis	8	198.112	209.842	199.351	212.137	13	69.375	98.430	70.579
Estoques		12.774	8.397	12.791	8.936	14	33.473	8.968	33.473
Adiantamentos		7.077	4.173	7.098	4.206		21.704	14.724	21.961
Impostos e contribuições a recuperar		1.643	1.838	1.643	1.843		12.207	8.137	12.372
Despesas antecipadas		2.791	760	2.791	761		972	71	1.053
Total do ativo circulante	281.017	246.940	282.310	250.093		137.731	130.330	139.438	131.302
Não circulante									
Contas a receber e outros recebíveis	8	14.261	28.368	14.261	28.368	14	1.037	17.200	522
Provisão para contingências		-	-	-	-		153	315	153
Total do realizável a longo prazo	14.261	28.368	14.261	28.368		1.190	17.515	675	48.192
Patrimônio líquido									
Capital social	10	3.364	311	-	-	15	228.027	224.627	228.027
Reserva legal		58.634	85.639	61.897	86.055		760	682	760
Reserva de lucros	12	24.871	24.855	24.871	53.246		14.439	12.959	14.439
Total do patrimônio líquido	86.869	110.805	86.768	139.301		243.226	238.268	243.226	238.268
Total do passivo e patrimônio líquido	382.147	386.113	383.339	417.762		382.147	386.113	383.339	417.762

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais						
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total	
Em 01 de janeiro de 2023	144.727	234	4.435	-	149.396	
Integralização para aumento de capital 12/12/2023	79.900	-	-	-	79.900	
Resultado do exercício	-	-	-	8.972	8.972	
Transferência para reservas	-	-	449	8.523	9.036	
Em 31 de dezembro de 2023	224.627	682	12.959	-	238.268	
Integralização para aumento de capital 02/01/2024	3.400	-	-	-	3.400	
Resultado do exercício	-	-	-	1.558	1.558	
Transferência para reservas	-	-	78	1.480	1.558	
Em 31 de dezembro de 2024	228.027	760	14.439	-	243.226	

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	2023	Adições	2024		2023	2024
Depreciação						
Eqto de Campo	(3.510)	(32.461)	(35.971)			
Veículos	(75)	(1.072)	(1.147)			
Computadores e Periféricos	(80)	(67)	(167)			
Móveis e Utensílios	(5)	(2)	(7)			
	(3.770)	(33.622)	(37.392)			
Imobilizado líquido	85.639	(27.006)	58.634			

lação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imobilizado de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem liquidadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguirão a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **ii. Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: **Imobilizado:** depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, as taxas aqui mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **iii. Capital social:** Ações ordinárias - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7. Caixas e Equivalentes de Caixa				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Caixa	3	3	3	3
Bancos conta corrente	58.617	21.927	58.633	22.208
	58.620	21.930	58.636	22.211

8. Contas a Receber e Outros Recebíveis				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Clientes Público / Misto	87.676	70.180	88.915	70.180
Clientes Privados Saneamento	-	-	-	2.295
Clientes Agência IFRS 15	14.261	27.314	14.261	27.314
SP Infra S/A	105.643	137.571	105.643	137.571
BRZ Infra S/A	4.793	3.135	4.793	3.135
Outros	-	-	-	-
	212.373	238.210	213.612	240.505

9. Despesas Antecipadas				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Seguros a aporiar	2.791	760	2.791	761
	2.791	760	2.791	761

2. Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas da CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2025. **b) Consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Sociedade e as suas controladas foram preparadas de acordo com os seguintes princípios críticos: (i) eliminação dos saldos entre as empresas objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) cálculo de participação de acionistas não controladoras no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando relevante. Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de consolidação. O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis da consolidada a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações contábeis da controlada não reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

11. Imobilizado					
	2024	2023	%		
Consolidado					
Eqto de Campo	89.696	(35.971)	53.725	80.465	20
Veículos	4.676	(1.389)	3.287	2.666	20
Computadores e Periféricos	425	(167)	258	244	20
Móveis e Utensílios	11	(7)	4	30	10
Máquinas	3.770	(845)	2.925	-	10
Adiantamento p/ imob. Futuras	1.698	-	1.698	2.650	-
	100.276	(37.379)	61.897	86.055	

Os saldos dos investimentos são atualizados pelo método da equivalência patrimonial.

15. Forneecedores e Outras Contas a Pagar				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	39.830	32.577	40.932	33.281
Direitos subempreiteiros	20.084	55.367	20.084	55.367
Subempreiteiros c/ retenção INSS	1.721	1.070	1.721	1.070
Outras contas a pagar	7.740	9.416	7.842	9.411
	69.375	98.430	70.579	99.129

16. Receitas Operacionais				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Receita de obras públicas	91.665	117.880	91.663	117.880
Receita de obras privadas	103.814	194.668	103.814	194.668
Receitas Saneamento	-	-	-	11.705
Receita de obras públicas - Consórcios	306.217	99.858	306.217	99.858
Direitos a faturar	20.360	39.022	20.302	39.022
Outros	522.056	451.428	524.423	463.133
ISS sobre vendas	(13.139)	(5.790)	(13.139)	(5.790)
INSS s/ receita bruta	(213)	116	(213)	116
IMs	(22)	-	(22)	-
PIS sobre vendas	(3.666)	(2.934)	(3.720)	(3.126)
COFINS sobre vendas	(15.393)	(13.541)	(15.644)	(14.430)
	489.623	429.279	491.685	439.903

17. Despesas Administrativas				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros	(19.491)	(18.503)	(20.489)	(18.615)
Despesas com pessoal	(14.467)	(13.818)	(15.059)	(13.818)
Depreciação/Amortização	(16)	(603)	(16)	(614)
	(33.974)	(32.924)	(35.564)	(33.047)

18. Resultado Financeiro				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Recargas Financeiras	1.399	1.462	1.366	1.573
Juros e descontos recebidos	1.399	1.462	1.366	1.573
	2.798	2.924	2.732	3.146

Despesas Financeiras				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Juros pagos e incorridos	(3.196)	(2.003)	(3.196)	(2.003)
Despesas bancárias	(5.229)	(7.620)	(5.229)	(7.821)
Despesas financeiras - Consórcios	(2.878)	(654)	(2.878)	(654)
Variação Cambial	(2.331)	-	(2.331)	-
	(13.634)	(10.277)	(13.634)	(10.478)

Resultado Financeiro				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Juros e descontos recebidos	1.399	1.462	1.366	1.573
Juros e descontos recebidos	1.399	1.462	1.366	1.573
	2.798	2.924	2.732	3.146

19. Instrumentos Financeiros: A Companhia não contrata operações envolvendo				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Instrumentos Financeiros: A Companhia não contrata operações envolvendo	-	-	-	-

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Engibras



Banco Bradesco BERJ S.A. Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2024, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 24 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 1.100 milhões e Ativos Totais de R\$ 9.728 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido

ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

O Banco BERJ contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

A Instituição possui participação societária nas empresas BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Table with columns: Nota, 2024, 2023. Rows include Ativo (Disponibilidades, Instrumentos Financeiros, etc.) and Passivo (Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros, Provisões, etc.).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

Table with columns: Nota, 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Receitas da Intermediação Financeira, Despesas Operacionais, Resultado Operacional, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

Table with columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

Table with columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Lucro Líquido do Período, Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Table with columns: Eventos, Saldos em 31 de dezembro de 2022, Saldos em 31 de dezembro de 2023, Saldos em 31 de dezembro de 2024, Saldos em 30 de junho de 2024, Saldos em 31 de dezembro de 2024. Rows include Saldo Inicial, Redução de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertencentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades.

O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) que consideram a opção do BERJ pela apresentação de notas explicativas selecionadas, conforme previsto na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Resolução BCB nº 2/20 do Banco Central do Brasil (Bacen), e as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do BERJ evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativos do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2025.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do BERJ.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (i)

Table with columns: Período de atraso (i), Classificação do cliente. Rows include: de 15 a 30 dias (B), de 31 a 60 dias (C), de 61 a 90 dias (D), de 91 a 120 dias (E), de 121 a 150 dias (F), de 151 a 180 dias (G), superior a 180 dias (H).

(i) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa associada ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 20%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo nº 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

j) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

- Software: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdidas possíveis, devendo apenas ser divulgadas em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata die).

continua...



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornaldiasp.com.br/felios-publicidade-legal



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Aplicações em depósitos interfinanceiros:

	2024	Total	2023
Aplicações em operações compromissadas - Posição de bancada.....	257.845	257.845	468.081
Total 31 de dezembro de 2024.....	257.845	257.845	468.081
%.....	100,0	100,0	
Total 31 de dezembro de 2023.....	468.081	468.081	468.081
%.....	100,0	100,0	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre 2024	2024	2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada.....	38.993	105.712	405.568
Total.....	38.993	105.712	405.568

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	2024					2023				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado	
Títulos públicos	-	-	-	823.156	823.156	825.462	(2.306)	35.776	(3.259)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	813.802	813.802	813.901	(99)	22.054	(6)	
Moedas de privatização.....	-	-	-	9.354	9.354	11.561	(2.207)	13.722	(3.253)	
Títulos privados	1.393.167	3.280.047	296.311	1.427.931	6.397.456	6.402.503	(5.047)	3.000.652	(374)	
Letras financeiras.....	1.249.598	3.213.892	267.044	1.426.412	6.156.946	6.162.004	(5.058)	2.918.039	(1.406)	
Letras imobiliárias garantidas.....	143.569	66.153	14.342	1.518	225.582	225.513	69	82.613	1.032	
Outros.....	-	2	14.925	1	14.928	14.986	(58)	-	-	
Total geral.....	1.393.167	3.280.047	296.311	2.251.087	7.220.612	7.227.965	(7.353)	3.036.428	(3.633)	

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2024					2023				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação	1.393.167	3.280.045	281.386	1.427.930	6.392.528	6.387.517	(4.989)	2.815.643	(340)	
Letras financeiras.....	1.249.598	3.213.892	267.044	1.426.412	6.156.946	6.162.004	(5.058)	2.731.030	(1.372)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras imobiliárias garantidas.....	143.569	66.153	14.342	1.518	225.582	225.513	69	82.613	1.032	
Outros.....	-	2	14.925	1	14.928	14.986	(58)	-	-	
Títulos disponíveis para venda	-	2	14.925	823.157	838.084	840.448	(2.364)	222.785	(3.293)	
Letras financeiras.....	-	-	-	-	-	-	-	187.009	(34)	
Moedas de privatização.....	-	-	-	9.354	9.354	11.561	(2.207)	13.722	(3.253)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	813.802	813.802	813.901	(99)	22.054	(6)	
Outros.....	-	-	-	14.925	14.928	14.986	(58)	-	-	
Total geral.....	1.393.167	3.280.047	296.311	2.251.087	7.220.612	7.227.965	(7.353)	3.036.428	(3.633)	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2024	2024	2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	38.993	105.712	405.568
Títulos de renda fixa.....	142.939	271.703	337.770
Perdas permanentes.....	-	-	(7.478)
Total.....	181.932	377.415	735.860

d) Instrumentos financeiros derivativos

A instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

Outros créditos	Níveis de risco								2024		2023	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Outros créditos.....	-	90	-	-	20	-	-	-	17	127	127	73
Total em 31 de dezembro de 2024.....	-	90	-	-	20	-	-	-	17	127	127	73
Total em 31 de dezembro de 2023.....	-	51	-	22	-	-	-	-	-	-	-	73

b) Composição de outros créditos por nível de risco e Fluxo de vencimento

	Níveis de risco								2024		2023	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Curso normal	-	90	-	-	20	-	-	-	-	110	110	73
Parcelas vencidas	-	90	-	-	16	-	-	-	-	106	106	71
1 a 30.....	-	7	-	-	4	-	-	-	-	11	11	10
31 a 60.....	-	7	-	-	4	-	-	-	-	11	11	10
61 a 90.....	-	7	-	-	4	-	-	-	-	11	11	9
91 a 180.....	-	17	-	-	4	-	-	-	-	21	21	17
181 a 360.....	-	27	-	-	-	-	-	-	-	27	27	10
Acima de 360.....	-	25	-	-	-	-	-	-	-	25	25	15
Vencidas até 14 dias	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	4	2
Curso anormal	-	-	-	-	-	-	-	-	17	17	17	-
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	-	-	-	-	17	17	17	-
1 a 14.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15	-	-
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-
Parcelas vencidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 a 30.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral.....	-	90	-	-	20	-	-	-	17	127	127	73
Provisão mínima requerida.....	-	-	-	-	2	-	-	-	17	19	19	1
Provisão complementar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão existente	-	-	-	-	2	-	-	-	17	19	19	1

f) Segregação de prazo por operação

Exposição	Operação							Total em 31 de dezembro	
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias		
Total em 2024.....	90	20	-	-	-	-	17	127	127
Total em 2023.....	56	17	-	-	-	-	-	-	73

c) Setor de atividade econômica

Maior devedor	2024		2023	
	% (1)		% (1)	
Dez maiores devedores.....	50	39,2	34	46,6
(1) Em relação ao total da carteira - Critério Bacen.	127	100,0	73	100,0

d) Setor de atividade econômica

Pessoa física	2024		2023	
	%		%	
Total.....	127	100,0	73	100,0
Total.....	127	100,0	73	100,0

e) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre 2024	2024	2023
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	297	488	850
Total.....	297	488	850

f) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	R\$ mil	
	2024	2023
Provisão específica (1).....	-	31
Provisão genérica (2).....	1	1
Saldo inicial em 1º de janeiro	1	32
Constituição/(Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	18	(31)
Saldo final em 31 de dezembro	19	1
Provisão específica (1).....	17	-
Provisão genérica (2).....	2	1

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

g) Movimentação da carteira de negociação

O BERJ não teve contratos renegociados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em Controladas e coligadas".

a) Composição dos investimentos nas demonstrações financeiras

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Serel Participações em Imóveis S.A.	171.461	159.313
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	65.978	66.040
Total.....	237.439	225.353

Empresas	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Serel Participações em Imóveis S.A.	180.000	1.531.029
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	34.200	65.978
Total.....	214.200	1.597.007

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
						2024	2023
Serel Participações em Imóveis S.A.	180.000	1.531.029	1.640	11,356734	107.684	12.229	14.195
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	34.200	65.978	34.200	99,999997	3.977	3.977	4.442
Total.....	214.200	1.597.007	16.206	18,637	111.661	16.206	18.637

9) IMOBILIZADO DE USO

continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14) OUTRAS PROVISÕES

Table with 3 columns: Provisions, 2024, 2023. Rows include Provisão para contingências, Provisão para pagamentos a efetuar, and Total.

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco BERJ não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A principal tese é:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 1.047.502 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 925.813 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi avaliada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

Table with 4 columns: Saldo em 1º de janeiro de 2024, 2024, 2023, 2023. Rows include Atualização monetária, Constituições líquidas de (reversões e baixas), Pagamentos, and Total.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 14.868 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 8.028 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.702.395 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.530.457 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 1.046.797 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 902.372 mil); e

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 344.005 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 328.669 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2014, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTROS PASSIVOS

Table with 3 columns: 2024, 2023, 2023. Rows include Credores diversos, Impostos e contribuições a recolher, Sociais e estatutárias, and Total.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 994.573 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 294.573 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 433.453 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2023 - 155.463 ações ordinárias).

Conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 2024 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 700.000 mil, mediante a emissão de 277.990 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 2.518,07 cada uma, com integralização à vista.

b) Movimentação do capital social

Table with 4 columns: Quantidade de ações, 2024, 2023, R\$ mil, 2024, 2023. Rows include Início do período, Aumento de capital (1), Redução de capital (2), and Final do período.

(1) Em 21 de outubro de 2024, o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 2024, que deliberou o aumento de capital social de R\$ 700.000 mil, mediante a emissão de 277.990 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 2.518,07 cada uma, com integralização à vista;

(2) Em 21 de abril de 2023, o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2023, que deliberou a redução de capital social de R\$ 75.427 mil, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da sociedade que se mostra excessivo às suas necessidades.

c) Reservas de lucros

Table with 3 columns: 2024, 2023, 2023. Rows include Reserva legal (1), Reservas estatutárias (2), and Total.

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: R\$ mil, %.

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with 3 columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Serviços técnicos especializados, Sistema financeiro, Seguros, Condomínio, Serviços de terceiros, Propaganda, publicidade e publicações, Depreciações e amortizações, and Total.

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with 3 columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Contribuição à Cofins, Contribuição ao PIS, Despesas com impostos IPTU, Impostos e taxas, and Total.

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with 3 columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Atualização sobre depósitos vinculados, Atualizações monetárias ativas, Reversão de provisão operacional (1), Recuperação de encargos e despesas, Juros sobre impostos a compensar, and Total.

(1) Reversão de provisões fiscais.

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with 3 columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023. Rows include Variação monetária passiva, Atualizações monetárias dos processos judiciais, Honorários de sucumbência, and Total.

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As divulgações das transações entre partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Table with 4 columns: Controlador (1), 2023, Coligadas e Controladas (2), 2023. Rows include Ativos, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários, Dividendos a receber, and Passivos, Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, Depósitos Interfinanceiros.

2º Semestre de 2024 - R\$ mil

Table with 3 columns: Controlador (1), Coligadas e Controladas (2), Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil. Rows include Resultado, Receitas de intermediação financeira, Despesas de intermediação financeira.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2024, foi determinado o valor máximo de R\$ 1 mil (em 2023 - R\$ 1 mil) para remuneração dos Administradores. Não foi determinado valores para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Table with 4 columns: 2º Semestre 2024, Acumulado em 31 de dezembro 2024, 2023, 2023. Rows include Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes, Efeito no cálculo dos tributos, Participações em coligadas, Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis, Outros valores, Imposto de renda e contribuição social do período, Compositão da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social.

Impostos correntes:

Imposto de renda e contribuição social devidos

Impostos diferidos:

Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias

Constituição no período sobre:

Base negativa de contribuição social

Prejuízo fiscal

Total dos impostos diferidos

Imposto de renda de contribuição social do período

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with 4 columns: 2023, Constituição, Realização, 2024. Rows include Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisões cíveis, Provisões fiscais, Provisões trabalhistas, Impairment de títulos e investimentos, Ativos não financeiros mantidos para venda, Outros, Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, Total dos créditos tributários, Obrigações fiscais e sociais (Nota 23e), Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Table with 5 columns: Diferenças temporárias, Contribuição social, Prejuízo fiscal, Base negativa, Total. Rows include 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, Total, Total de realização dos créditos tributários.

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídos pelas Leis nº 14.467/22 e nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 577.438 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 529.910 mil), sendo: R\$ 540.247 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 517.515 mil) de diferenças temporárias e R\$ 37.191 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 12.395 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Bradesco BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

Table with 4 columns: 2023, Constituição, Realização, 2024. Rows include Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, Ganhos de capital, Atualização de depósitos judiciais, Total dos impostos diferidos sobre exclusões temporárias, Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda, Total dos impostos diferidos (Nota 23c).

24) BALANÇO POR PRAZO

Table with 6 columns: 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Prazo indeterminado, Total. Rows include Ativo, Disponibilidades, Instrumentos financeiros, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários, Operações de crédito, Outros instrumentos financeiros, Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Operações de crédito, Créditos tributários, Investimentos em coligadas e controladas, Outros ativos, Valor recuperável de ativos, Total em 31 de dezembro de 2024, Total em 31 de dezembro de 2023.

Passivo

Depósitos e demais instrumentos financeiros

Recursos de instituições financeiras

Provisões

Provisões para contingências

Impostos diferidos

Outros passivos

Total do passivo

Total do patrimônio líquido

Total em 31 de dezembro de 2024

Total em 31 de dezembro de 2023

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2024 foi de R\$ 24.071 mil, sendo considerado integralmente como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no período de 2024.

Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 33.383 mil, sendo considerado integralmente como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no período de 2023.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico-financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil onde as principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são:

- (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e
- (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21.

As empresas do conglomerado Bradesco optaram por utilizar a facultade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

A Instituição adotou a norma utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

(f) Classificação e Mensuração - Ativos Financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trazem um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflete como a Instituição gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPP, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- Custo amortizado: Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos não registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de impairment, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a facultade prevista nos artigos nº 6 das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23); e
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para apontar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiassp.com.br/feloes-publicidade-legal



...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

(ii) Provisão para perda

Em relação à provisão para perdas de crédito das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação - Passivos financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 definem que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;

IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(iv) Contabilidade de hedge

Em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21 e capítulo IV da Resolução BCB nº 352/23, que tratam da Contabilidade de Hedge, tiveram a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

- A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A adoção dos critérios contábeis estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trouxeram impactos no âmbito da provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 4 mil, registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025, conforme artigo nº 70 da Resolução CMN nº 4.966/21 e artigo nº 94 da Resolução BCB nº 352/23.

A Administração avaliou e concluiu que os impactos no resultado e nos ativos e passivos fiscais diferidos serão imateriais para o exercício de 2025.

(e) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Andrévison Viana de Souza
Contador - CRC 1SP278582/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, do Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo (Kirton Bank ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2024, o Kirton Bank registrou lucro líquido no montante de R\$ 664 milhões, patrimônio líquido de R\$ 11.941 milhões e ativos totais de R\$ 15.387 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo a política de reinvestimento de lucros.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			Passivo	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	11	101	Instrumentos Financeiros	-	-	-
Instrumentos Financeiros	-	4.767.445	4.517.409	Recursos de Instituições Financeiras	11a	1.960.891	1.748.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	1.983.417	1.683.702	Provisões	-	702.316	673.568
Títulos e Valores Mobiliários	6a	251.904	227.083	Outras Provisões	12	702.316	673.568
Operações de Crédito	7	230.956	259.668	Impostos Diferidos	20e	149.765	133.273
Outros Instrumentos Financeiros Ativos	8	2.301.169	2.346.956	Outros Passivos	14	633.694	484.228
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7	(211.418)	(221.630)	Total do Passivo	-	3.446.666	3.039.631
Operações de Crédito	-	(211.308)	(221.485)	Patrimônio Líquido	15	-	-
Outros Créditos	-	(110)	(145)	Capital Social	-	8.828.882	8.828.882
Créditos Tributários	20c	1.137.330	1.129.266	Reservas de Capital	-	29.182	29.182
Investimentos em Coligadas e Controladas	9	9.297.883	8.684.644	Reservas de Reavaliação	-	2.970	2.970
Outros Ativos	10	420.319	400.209	Reservas de Lucros	-	2.948.976	2.442.363
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	-	(24.205)	(24.205)	Outros Resultados Abrangentes	-	130.689	142.766
Total do Ativo	-	15.387.365	14.485.794	Total do Patrimônio Líquido	-	11.940.699	11.446.163
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	-	15.387.365	14.485.794

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais

	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	Nota	2024	2024	2023
Receitas da Intermediação Financeira	-	114.263	215.950	379.807
Operações de Crédito	7	2.944	5.302	9.274
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6b	111.319	210.648	370.533
Despesas da Intermediação Financeira	-	(110.740)	(212.328)	(217.285)
Operações de Captações no Mercado	11b	(110.740)	(212.328)	(217.285)
Resultado da Intermediação Financeira	-	3.523	3.622	162.522
Reversão/(Despesa) com Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7g	4.403	10.212	8.876
Operações de Crédito	-	4.383	10.177	8.859
Outros Créditos	-	20	35	17
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	-	7.926	13.834	171.398
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	-	232.770	658.950	1.322.158
Despesas de Pessoal	-	-	-	355
Despesas Administrativas	16	(15.755)	(35.944)	(24.747)
Despesas Tributárias	17	(2.118)	(2.421)	(33.030)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9b	229.701	661.505	1.149.206
Outras Receitas Operacionais	18	41.822	85.794	252.104
Outras Despesas Operacionais	19	(32.914)	(63.210)	(100.014)
Despesas de Provisões Fiscal, Cível, Trabalhista e Outras	13	12.034	13.226	35.134
Resultado Operacional	-	240.696	672.784	1.493.556
Resultado Não Operacional	20	346	1.246	5.747
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	-	241.042	674.030	1.499.303
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(13.355)	(9.619)	(9.842)
Lucro Líquido	-	227.687	664.411	1.461.161
Lucro por lote de mil ações em R\$	-	16,98	49,55	108,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2024	2024	2023
Lucro Líquido do Período	-	227.687	664.411	1.461.161
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	(18.147)	(12.077)	9.853
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-	(18.288)	(12.394)	9.709
Próprios	-	(27)	36	2.218
- De Coligadas e Controladas	-	(18.261)	(12.430)	7.491
Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	-	141	317	(74)
Resultado Abrangente do Período	-	209.540	652.334	1.470.796

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Aumento/Redução		Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	de Capital			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.574.516	1.134.380	29.182	2.970	1.481.202	-	133.131	-	13.355.581
Homologação Aumento de Capital por Incorporação	-	1.134.380	-	-	-	-	-	-	(2.880.014)
Redução de Capital	(2.880.014)	-	-	-	-	-	-	-	9.635
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	9.635	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.461.161	1.461.161
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	73.058	888.103	-	(961.161)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.828.882	-	29.182	2.970	1.554.260	888.103	142.766	-	11.446.163
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(12.077)	-	(12.077)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	664.411	664.411
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	33.221	473.392	-	(506.613)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(157.798)	(157.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.828.882	-	29.182	2.970	1.587.481	1.361.495	130.689	-	11.940.699
Saldos em 30 de junho de 2024	8.828.882	-	29.182	2.970	1.576.096	1.199.268	148.836	-	11.785.235
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(18.147)	-	(18.147)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	227.687	227.687
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	11.385	162.227	-	(173.612)	-
- Dividendos do 2º Semestre de 2024	-	-	-	-	-	-	-	(54.075)	(54.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.828.882	-	29.182	2.970	1.587.481	1.361.495	130.689	-	11.940.699

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo (Kirton Bank ou Instituição), parte integrante de um conjunto de empresas da Organização Bradesco, está autorizada a operar, sob a forma de banco múltiplo, nas cartéis comerciais, de investimentos, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de câmbio e também na administração de cartões de crédito e de fundos mútuos de investimento.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, contêm a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BC nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Kirton Bank evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas esperadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2025.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Kirton Bank.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram com parte para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses recursos de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

f) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (I)

Período de atraso (I)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(I) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

A Instituição possui participação societária nas empresas Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., Serel Participações em Imóveis S.A., Andorra Holdings, Nova Pápai Participações Ltda., Embaúba Holdings Ltda., Scopus desenvolvimento de Sistema Ltda., Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.

O Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de créditos, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 7.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização o/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 20%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não atizados, estão apresentados na Nota 20.

h) Investimentos em empresas controladas e coligadas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição das empresas coligadas está apresentada na Nota 9.

i) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou do valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado

Jornal O DIA SP

continuação

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 01.701.201/0001-89
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradescard não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A principal tese é:

- INSS - Contribuição ao SAT no montante de R\$ 527.030 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 500.776 mil); em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2024	205	610.749
Atualização monetária	37	30.195
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(85)	(13.141)
Pagamentos	-	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	157	626.603

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.530.239 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.587.588 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.796.438 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 3.283.240 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- PLR - Participação nos Lucros e Resultados - Anos-bases de 2009 a 2011 - R\$ 191.438 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 182.786 mil); autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00;
- PIS e Cofins - R\$ 288.512 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 370.272 mil); autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98); e
- Autuações de IRPJ - Anos-bases de 2008 e 2009 - R\$ 344.101 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 327.753 mil); relativas as supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação, de despesas e receitas operacionais relacionadas.

14) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Dividendos a pagar	582.798	425.000
Credores diversos	34.147	30.811
Obrigações por aquisição de bens e direitos	12.154	10.962
Impostos e contribuições a recolher	2.612	17.432
Outros	1.983	23
Total	633.694	484.228

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 8.828.882 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 8.828.882 mil), totalmente subscrito e integralizado, é composto por 13.410.000.650 (em 31 de dezembro de 2023 - 13.410.000.650) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2023 foi deliberada a redução de capital social no valor de R\$ 2.880.014 mil, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade. Em conformidade com o disposto no artigo 173 da Lei nº 6.404/76, proposta pela Diretoria em Reunião de 5 de janeiro de 2023. O processo foi aprovado pelo Bacem em 21 de abril de 2023.

b) Reserva de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Reservas de lucros	2.948.976	2.442.363
- Reserva legal (1)	1.587.481	1.554.260
- Reserva estatutária (2)	1.361.495	888.103

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	664.411	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	33.221	
Base de cálculo	631.190	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2024	157.798	25,0

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2024	2023
Lucro líquido atribuído aos acionistas	664.411	1.461.161
Número médio ponderado de ações	13.410.001	13.410.001
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas (em R\$)	49,55	108,96

e) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

16) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Serviços de terceiros e técnicos especializados	14.232	33.944	20.061
Serviços do sistema financeiro	115	236	465
Propaganda, promoções e publicidade	60	177	175
Seguros	680	680	181
Outras	667	907	3.865
Total	15.755	35.944	24.747

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Contribuição à Cofins	1.494	1.564	27.081
Contribuição ao PIS	243	254	4.359
Outras (1)	381	603	1.590
Total	2.118	2.421	33.030

(1) Contempla taxas municipais e estaduais no montante de R\$ 92 mil (R\$ 167 mil em 2023).

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Atualização de depósitos judiciais	31.284	69.502	211.289
Atualização de direitos creditórios	5.750	11.065	12.481
Reversão de provisões operacionais	1.688	1.828	31.959
Outras	3.100	3.399	40.235
Total	41.822	85.794	295.964

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Atualizações monetárias passivas	19.005	37.570	34.998
Provisões passivas	4.792	10.209	35.695
Despesas com descontos concedidos	2.871	2.971	1.207
Outras (1)	6.246	12.459	28.114
Total	32.914	63.210	100.014

(1) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo o saldo não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	241.042	674.030	1.499.303
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(108.470)	(303.315)	(674.686)

Efeito no cálculo dos tributos:

Resultado de participações em coligadas e controladas	103.366	297.678	517.143
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	-	225.000
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(13.500)	(13.500)	(166.500)
Despesas indeductíveis líquidas de receitas não tributáveis	4.645	8.639	51.215
Outros valores	604	879	9.686
Imposto de renda e contribuição social do período	(13.355)	(9.619)	(38.142)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Impostos correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.497)	(1.222)	(6.323)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(45.985)	(48.665)	(27.358)
Constituição no período sobre:			
Base negativa de contribuição social	15.168	17.897	-
Prejuízo fiscal	18.959	22.371	-
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	-	-	(2.043)
Prejuízo fiscal	-	-	(2.438)
Total dos impostos diferidos	(11.858)	(8.397)	(31.819)
Imposto de renda e contribuição social do período	(13.355)	(9.619)	(38.142)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023	Constituição	Realização	2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	215.136	-	(4.595)	210.541
Provisões cíveis	92	11	(33)	70
Provisões fiscais	270.915	14.623	(7.460)	278.078
Provisão para perdas de títulos e investimentos	48.058	-	(41.167)	6.891
Provisão para desvalorização de ativos mantidos para venda	6.432	346	(891)	5.887
Outros	111.213	8.802	(1.809)	118.206
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	651.846	23.782	(55.955)	619.673
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	472.327	-	-	517.595
Subtotal	1.129.173	64.050	(55.955)	1.137.268
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	93	-	(31)	62
Total dos créditos tributários	1.129.266	64.050	(55.986)	1.137.330
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20e)	133.273	21.574	(5.082)	149.765
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	995.993	42.476	(50.904)	987.565

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	71.689	57.558	-	-	129.247
2026	88.399	70.925	18.316	14.591	192.231
2027	55.544	44.641	29.461	23.507	153.153
2028	55.544	44.641	33.359	26.609	160.133
2029	17.037	13.629	49.211	39.368	119.245
2030	17.037	13.629	7.900	43.173	81.739
2031	17.037	13.629	-	47.302	77.968
2032	20.860	16.696	-	50.832	88.388
2033	327	262	-	60.523	61.112
2034	327	262	-	73.463	74.052
Total	345.801	275.872	138.227	379.368	1.337.268

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídos pelas Leis nº 14.467/22 e nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 991.303 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 905.895 mil), sendo: R\$ 559.406 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 545.974 mil) de diferenças temporárias e R\$ 421.897 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 359.921 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do Kirton Bank foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	2023	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil
Atualização de depósitos judiciais	133.273	21.574	(5.082)	149.765
Total dos impostos diferidos (Nota 20c)	133.273	21.574	(5.082)	149.765

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador (1)	Coligadas e Controladas (2)
	2024	2023
Ativos		
Aplicações no mercado aberto	1.983.417	1.683.702
Dividendos a receber	-	-
		1.125.495
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	1.960.891	1.748.562
Dividendos/CP a pagar	582.798	425.000

(1) Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição; e

(2) Empresas relacionadas na Nota 9.

	R\$ mil			
	Controlador (1)		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
Recargas de aplicações interfinanceiras de liquidez	98.450	185.893	186.803	186.803
Despesas de intermediação financeira	(110.740)	(212.328)	(212.328)	(217.285)

(1) Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo ("Kirton Bank" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para auditoria

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ter o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contuio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0F

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5358-6C2D-8474-020E> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5358-6C2D-8474-020E



Hash do Documento

EC9CECDA8B0A9FC7C2CA9615A2775DCABF0DF3E8D4076A5C36E1D6C2E8433556

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 21/03/2025 08:13 UTC-03:00
Nome no certificado: O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

